

Simonsen não acha possível capitalizar juros

O ex-Ministro Mário Henrique Simonsen acha que para este ano de 1985, mesmo com a mudança de Governo a partir de março, está descartada a hipótese de capitalização dos juros da dívida externa, parcial ou total, e a de concessão de novos empréstimos compulsórios ao Brasil.

— O país — disse Simonsen — tem condições de fechar o balanço de pagamentos, este ano, sem a obtenção de novos recursos e sem capitalizar juros. Não creio que os banqueiros aceitem alterar a linha de negociação atual da dívida apenas para que o Banco Central brasileiro possa acumular mais reservas cambiais.

Além de não existir a necessidade de mudanças no esquema de financiamento que está montado pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, com o Comitê de Bancos, um outro ponto que inviabiliza a aceitação da tese da capitalização dos juros, a curto prazo, de acordo com Simonsen, é a legislação bancária norte-americana, “que exige que os juros não pagos sejam considerados créditos em liquidação”.

— No ano passado, explicou, o próprio Federal Reserve (banco central americano) liderou um debate sobre a possi-

bilidade de se alterar essa legislação. Mas, depois, como ficou comprovado que os países em desenvolvimento poderiam honrar seus compromissos em 85 sem a adoção de medidas excepcionais, a discussão saiu de pauta. E não será tratada de novo, obviamente, em mesas de negociação, por não serem o fórum adequado.

Já mais a longo prazo, Simonsen considera que a questão poderá ser analisada de novo, caso os países devedores voltem a enfrentar grandes dificuldades para pagar as dívidas. Assim como poderão ocorrer empréstimos voluntários, por parte dos bancos — isto é, não mais na modalidade de **jumbos** —, e o reforço dos recursos das instituições financeiras multilaterais, entre as quais se destaca o Banco Mundial.

O ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, que voltou de Nova Iorque na sexta-feira, fez esses comentários sobre os possíveis rumos da renegociação da dívida brasileira, sob a nova administração governamental, tendo frisado, no entanto, “não ter nenhuma idéia quanto ao que poderá vir a ser proposto”.

Até o momento, comentou, a atenção dos banqueiros nos EUA está voltada para o acordo que está sendo fechado por



22 JAN 1985

Pastore, havendo apenas uma curiosidade de se será ou não ratificado pelo Presidente eleito, Tancredo Neves. A capitalização dos juros e a concessão de **new money** não estão sendo alvo de debates, apesar de “o mercado financeiro norte-americano ter consciência de que, até ser assinado, o acordo poderá sofrer modificações”.